

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

ROTEIRO E ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA SENTENÇA 23

1. A PROVA DE SENTENÇA DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NAS CARREIRAS DA MAGISTRATURA ESTADUAL E DA MAGISTRATURA FEDERAL 23
2. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A REALIDADE DA PROVA PRÁTICA DE SENTENÇA PENAL 25
 - 2.1. Gestão de tempo e espaço na prova prática de sentença penal . 25
 - 2.2. A disposição das informações na prova de sentença 26
 - 2.2.1. Marcação do Vade Mecum..... 27
 - 2.2.2. Respeite as margens e o limite de linhas 28
 - 2.3. Caligrafia e a importância de um texto agradável visualmente .. 28
 - 2.3.1 Errei e quero corrigir, posso rasurar?..... 30
 - 2.4. Faça um roteiro da resposta antes de redigi-la..... 32
3. LEITURA ESTRATÉGICA..... 34
 - 3.1. Identificar as partes envolvidas no processo..... 34
 - 3.2. Identificar os fatos imputados ao acusado..... 36
 - 3.3. Verificar a data dos fatos e o local..... 37
 - 3.4. Destacar a data do recebimento da ação penal (denúncia ou queixa)..... 39
 - 3.5. Teses a serem abordadas 40
 - 3.6. Dados que podem influenciar na dosimetria 42
 - 3.6.1. A primeira fase da dosimetria 43

3.6.2. A segunda fase da dosimetria.....	44
3.6.3. A terceira fase da dosimetria	44
3.7. Verificar a situação prisional do réu	45
3.8. Resultado.....	47
3.8.1. Absolvição do réu.....	48
3.8.2. A absolvição requerida pelo Ministério Público vincula o juiz?.....	53
4. ESTRUTURA DA SENTENÇA PENAL.....	57
5. ORDEM DOS TÓPICOS NA SENTENÇA.....	59
5.1. Relatório/parágrafo de introdução.....	67
5.1.1. Relatório.....	67
5.1.1.1. É necessário constar o preâmbulo no relatório? .	74
5.1.2. Parágrafo de introdução	75
5.2. Questões processuais pendentes, preliminares e prejudiciais de mérito.....	76
5.2.1. Questões processuais pendentes	76
5.2.2. Preliminares	78
5.2.2.1. Observações	80
5.2.2.2. Súmulas recorrentes sobre o tema	83
5.2.2.3. Preliminares comuns na praxe forense e em provas de Sentença Penal	84
5.2.3. Prejudiciais de mérito	91
5.2.3.1. Prescrição virtual. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, como o tema foi exigido em Prova de Sentença e considerações do autor.	95
5.3. Ingresso no mérito.....	97
5.4. Materialidade	98
5.5. Autoria	101
5.5.1. Reconhecimento de pessoas e o art. 226 do CPP – Trata-se de mera recomendação de proceder?	105
5.6. Teses alegadas pelas partes	109
5.7. Emendatio libelli – art. 383 do CPP	112
5.7.1. Em que tópico da sentença realizar a emendatio libelli?.	115
5.8. Atenuantes e agravantes	117
5.8.1. Em que parte da sentença devem ser abordadas as agravantes/atenuantes?.....	121
5.8.2. Breves anotações sobre agravantes e atenuantes	124
5.8.3. Agravantes e atenuantes que têm grande incidência na praxe forense em provas de Sentença Penal.....	126

5.8.3.1. Reincidência	127
5.8.3.2. Agente menor de 21 anos na data do fato ou maior de 70 anos na data da sentença	131
5.8.3.3. Confissão	132
5.8.3.3.1. Em caso de confissão qualificada, parcial ou retratada, qual o quantum de fração recomendado à hipótese?....	136
5.8.3.3.2. Imputação de tráfico de drogas e alegação de posse de drogas para consumo próprio – Súmula 630 do STJ	138
5.8.3.3.3. A Súmula 231 do STJ e considerações do autor. Possibilidade de distinguishing quando se trata de confissão?	139
5.8.3.4. Outras agravantes e atenuantes já cobradas em Provas de Sentenças	140
5.8.3.5. Concurso entre agravantes e atenuantes – art. 67 do CP.....	144
5.9. Causas de aumento e de diminuição	148
5.9.1. Súmula 443 do STJ.....	155
5.9.2. Existindo mais de uma causa de aumento de pena no crime é possível o deslocamento de uma delas para exasperar a pena-base?	157
5.9.3. Pode o magistrado reconhecer uma causa de aumento não narrada na denúncia? E uma causa de diminuição não narrada?	158
5.9.4. Entendimentos relevantes e recorrentes sobre majorantes e minorantes de roubo e tráfico de drogas	161
5.9.4.1. Tentativa no crime de roubo	161
5.9.4.2. Majorante do concurso de pessoas no crime de roubo	161
5.9.4.3. Majorante do emprego de arma de fogo no crime de roubo.....	162
5.9.4.4. O crime previsto no art. 244-B do ECA em concurso com crimes da Lei de Drogas (ou com o crime do art. 2.º, § 4.º, da Lei n. 12.850/2013).....	164
5.9.4.5. A majorante prevista no inciso III do art. 40 da Lei 11.343/2006.....	167
5.9.4.6. Transnacionalidade e interestadualidade.....	169
5.9.4.7. A minorante prevista no art. 33, parágrafo 4º, da Lei 11.343/2006	170
5.9.4.8. A majorante prevista no art. 226, II, do Código Penal – crimes contra a dignidade sexual	174

5.9.4.8.1. Nos crimes praticados contra a dignidade sexual, configura bis in idem a aplicação simultânea da agravante genérica do art. 61, II, f, do Código Penal e a majorante específica do art. 226, II, do Código Penal?	175
5.10. Concurso de crimes	177
5.10.1. Breves anotações sobre concurso de crimes	177
5.10.1.1. Concurso material (também chamado de concurso real) – art. 69 do Código Penal.....	178
5.10.1.2. É possível a unificação das penas de reclusão e detenção para fixação do regime prisional?	180
5.10.1.3. Concurso formal (também chamado de ideal) – art. 70 do CP	182
5.10.1.4. Concurso de crimes e prescrição.....	187
5.10.1.5. Concurso material benéfico.....	187
5.10.2. Crime Continuado (Continuidade Delitiva).....	189
5.10.2.1. Superação da Súmula 605 do STF após a reforma penal de 1984.....	193
5.10.2.2. Espécies de crime continuado	193
5.10.2.3. Aplicação de multa no concurso de crimes.....	195
5.10.2.4. Concurso de crimes e suspensão condicional do processo	195
5.11. Conduta típica, antijurídica e praticada por agente culpável	196
5.12. Dispositivo (julgo... a pretensão punitiva)	197
5.13. Passo à dosimetria da pena – critério trifásico.....	200
5.13.1. Primeira fase da dosimetria	202
5.13.1.1. Qual o ponto de partida do magistrado na primeira fase?	203
5.13.1.2. Caso haja pelo menos uma circunstância judicial desfavorável, o juiz deve exasperar a basilar.	204
5.13.1.3. Quanto o juiz deve aumentar por cada circunstância judicial valorada negativamente?.....	205
5.13.1.4. Respeito ao preceito secundário do tipo penal ...	209
5.13.1.5. Breves considerações sobre as circunstâncias judiciais.....	209
5.13.1.5.1. Culpabilidade.....	210
5.13.1.5.2. Antecedentes.....	212
5.13.1.5.2.1. Modelos de redação sobre maus antecedentes	221
5.13.1.5.3. Conduta social.....	223
5.13.1.5.4. Personalidade do agente	227

5.13.1.5.4.1. Para valorar negativamente a vetorial da personalidade do agente, o magistrado precisa de laudo técnico?.....	232
5.13.1.5.4.2. Tema Repetitivo n. 1077 do Superior Tribunal de Justiça (precedente qualificado).....	233
5.13.1.5.5. Motivos do crime.....	234
5.13.1.5.6. Circunstâncias do crime	240
5.13.1.5.7. Consequências do crime	242
5.13.1.5.8. Comportamento da vítima.....	245
5.13.1.6. Entendimento relevante para atuação em 2º grau de jurisdição – Tema Repetitivo n. 1214-STJ	246
5.13.2. Segunda fase da dosimetria.....	249
5.13.3. Terceira fase da dosimetria.....	251
5.13.4. Dosimetria conjunta em razão da semelhança entre as circunstâncias dos réus. É possível assim proceder?.....	251
5.13.5. Após as 3 fases da dosimetria, o Juiz deve considerar eventual concurso de crimes	253
5.13.6. Considerações de relevo sobre a pena acima do mínimo legal e o dever do Estado de proteção suficiente. Críticas à fixação desfundamentada da pena mínima	255
5.14. Detração	259
5.15. Regime inicial de cumprimento de pena.....	264
5.15.1. Súmula Vinculante no caso do art. 33, §4º, da Lei de Drogas	269
5.16. Valor do dia-multa	269
5.17. Penas Restritivas de Direito (PRD) – art. 44 do Código Penal.....	272
5.17.1. Requisitos.....	273
5.17.2. Violência doméstica ou familiar contra a mulher e penas restritivas de direitos.....	275
5.17.3. Regras de substituição (art. 44, §2º, CP).....	276
5.17.4. Sugestões de redação.....	276
5.18. Suspensão condicional da pena – Art. 77 do Código Penal.....	280
5.18.1. Requisitos	280
5.18.2. Período de Prova	282
5.19. Mínimo indenizatório à vítima	285
5.19.1. Necessidade de pedido expresso.....	286
5.19.2. É necessário que haja a indicação de um valor?	286

5.19.3. Momento do pedido. Se não houver pedido na denúncia, mas somente nas alegações finais, é possível fixar o mínimo indenizatório na sentença?	289
5.19.4. (In)Dispensabilidade da produção de prova a respeito dos danos	290
5.19.5. Como o tema foi cobrado em provas de sentença penal..	291
5.19.6 É possível fixar dano moral coletivo na sentença penal condenatória?.....	295
5.20. Prisão preventiva – direito de recorrer em liberdade	297
5.20.1. A prisão preventiva no Tribunal do Júri	303
5.21. Custas processuais – Art. 804 do Código de Processo Penal.....	307
5.22. Armas (art. 25 da Lei 10.826/2003), Drogas (art. 72 da Lei 11.343/2006 – Lei de Drogas)	308
5.22.1. Armas (art. 25 da Lei 10.826/2003)	308
5.22.2. Art. 72 da Lei 11.343/2006 – Lei de Drogas.....	309
5.23. Perda dos objetos ilícitos e proventos do crime (art. 91 do CP) e outros efeitos da Sentença Penal Condenatória (arts. 91 e 92 do Código Penal).....	310
5.23.1. Perdimento em favor da União – automóvel utilizado no tráfico de drogas – previsão constitucional e legal	312
5.23.2. As mudanças trazidas pela Lei 14.994/2024 no artigo 92 do Código Penal	313
5.24. Comunicação à vítima – na forma do art. 201, §2º, do CPP	314
5.25. Determinações após o trânsito em julgado.....	316
5.25.1. Efeitos políticos da condenação.....	316
5.25.2. Expedição de guia de recolhimento definitiva, com a remessa ao Juízo das Execuções	316
5.25.3 Inclusão do nome do réu no rol dos culpados.....	319
5.25.4 Registro da sentença para fins de antecedentes e expedição de ofício ao Instituto Nacional de Identificação	319
5.25.5 Outras determinações que eventualmente podem aparecer no espelho de uma Sentença Penal.....	320
5.26. Parte autenticativa – P.R.I. Juiz de Direito Substituto	325
5.27. Fixação de honorários para advogado dativo	328
5.27.1. Remuneração do Defensor Dativo	329
5.27.2. Modelos de textos sobre o tema	332
5.28. A sentença condenatória em crime praticado por Pessoa Jurídica. Como realizar a dosimetria em casos tais?	335
6. MODELOS DE ESQUELETOS DE SENTENÇAS CRIMINAIS	339
6.1. Sentença Penal Condenatória.....	340

6.2. Sentença Penal Absolutória	346
6.2.1. Sentença Penal Absolutória Imprópria.....	348
6.3. Sentença Penal com Extinção da Punibilidade	358
6.3.1. Extinção da Punibilidade em razão da prescrição da pre- tensão punitiva.....	358
6.3.2. Prescrição Virtual – Atenção à Súmula 438-STJ.....	360
6.3.3. Extinção da Punibilidade em razão da morte	364
6.4. Decisão que homologa Acordo de Não Persecução Penal	365
7. A SENTENÇA NO TRIBUNAL DO JÚRI (HIPÓTESE QUE FOI EXIGIDA NA PROVA DE SENTENÇA PENAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MI- NAS GERAIS – 2023).....	367
7.1. Modelo de um caso real, em que dois réus foram pronunciados pelo artigo 121, §2º, I, II e IV do CP, artigo 211 do Código Penal e art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente. Um deles foi absolvido e outro condenado por parte dos crimes.....	374
7.2. A sentença (<i>rectius</i> : decisão) de pronúncia	379
7.3. Sentença de impronúncia.....	383
7.4. Sentença de desclassificação na primeira fase do júri	386
7.5. Sentença de absolvição sumária na primeira fase do tribunal do júri	394
8. RECOMENDAÇÕES DE PORTUGUÊS PARA UM TEXTO MAIS CLARO	396
8.1. Busque escrever com frequência.....	397
8.2. Prefira construir frases e parágrafos curtos	398
8.3. A nova redação jurídica.....	400
8.4. Prefira escrever em ordem direta, na voz ativa, em vez de uma ordem indireta, na voz passiva	401
8.5. Prefira ser claro a ser poético.....	402
8.6. Cinco vícios que devem ser evitados na redação de uma sen- tença	403

CAPÍTULO 2

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA: SÚMULAS, JURIS- PRUDÊNCIA EM TESES E JULGADOS RELEVANTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRI- BUNAL FEDERAL	405
---	------------

1. SÚMULAS MAIS RELEVANTES PARA PROVAS DE SENTENÇA PENAL....	405
1.1. Penal material.....	406

1.2. Processo Penal	411
1.3. Estatuto da Criança e do Adolescente	415
2. INFORMATIVOS DO STJ E DO STF SOBRE O TEMA	416
3. JURISPRUDÊNCIA EM TESES SOBRE DOSIMETRIA	421
4. JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE PARA SENTENÇA CRIMINAL.....	428
4.1. Estupro e Estupro de Vulnerável	428
4.2. Furto.....	430
4.3. Roubo e Latrocínio	435
4.4. Corrupção de menores.....	438
4.5. Homicídio culposos.....	439
4.6. Crimes do Estatuto do Desarmamento	442
4.7. Crimes da Lei de Drogas.....	447
4.8. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei n. 7.492/86)...	452
4.9. Crimes em Licitações e Contratos Administrativos.....	454
4.10. Resistência.....	456
4.11. Associação Criminosa.....	457
4.12. Embriaguez ao volante	460
4.13. Ameaça	461

CAPÍTULO 3

PROVAS DE CONCURSOS ANTERIORES RESOLVIDAS..... 463

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS	463
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO.....	472
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – 2023 – prova de sentença penal no Tribunal do Júri	488

CAPÍTULO 4

ENUNCIADOS CRIADOS PELO AUTOR..... 499

1. ENUNCIADO 1	500
1.1. Padrão de respostas do Enunciado 1	502
2. ENUNCIADO 2	512
2.1. Padrão de respostas do Enunciado 2	515

3.	ENUNCIADO 3	524
3.1.	Padrão de respostas do Enunciado 3	526
4.	ENUNCIADO 4	532
4.1.	Padrão de respostas do Enunciado 4	539
5.	ENUNCIADO 5	550
5.1.	Padrão de respostas do Enunciado 5.....	555

CAPÍTULO 5

SENTENÇAS EM CASOS CONCRETOS 563

1.	Estupro de Vulnerável. Majorante do art. 226, II, do CPP (avô). Pedido de instauração de incidente de insanidade mental. Rejeição da tese.	563
2.	Réu condenado por tráfico de drogas. Determinada perda do bem apreendido.	569
3.	Réus condenados como incurso nas penas dos arts. 33, com a incidência da majorante do art. 40, IV, da Lei n. 11.343/2006, c/c art. artigo 16, § 1º, inciso III (artefato explosivo) da Lei n. 10.826/2003 (<i>emendatio libelli</i>), na forma do art. 69 do Código Penal. Absolvidos da imputação do art. 35 da Lei de Drogas, com fulcro no art. 386, VII, do CPP. Negado o direito de recorrer em liberdade.	576
4.	Crimes previstos no art. 337 do Código Penal, artigo 155, §§ 1º e 4º, I, do Código Penal e artigo 250 do Código Penal, todos na forma do art. 69 do Código Penal (concurso material) – (<i>emendatio libelli</i> - art. 383 do CPP).....	588
5.	Réu condenado como incurso nas penas do art. 132 do Código Penal, art. 129, § 6º c/c § 7º, do Código Penal, c/c art. 32, § 1º-A da Lei 9.605/98, todos na forma do art. 69 do CP (concurso material de crimes). Penas substituídas por restritivas de direito	597
6.	Homicídio culposo no CTB – Artigo 302, parágrafo único, inciso III, do CTB. Pena que foi substituída por duas restritivas de direito. Determinada, ainda, expedição de ofício ao DETRAN-XX para registro da pena de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor pelo período de 4 anos. Extinta a punibilidade pela prescrição em abstrato em relação ao crime do art. 305 do CTB. Extinta a punibilidade pela prescrição retroativa em relação ao art. 303, parágrafo único do CTB, conforme fundamentação.....	609

7. Roubo majorado pelo concurso de pessoas. Concurso formal próprio de 3 crimes. Rechaçada tese defensiva de afastamento da pena de multa.	618
8. Receptação com oferta de ANPP (aceita por um dos réus e recusada pelo outro)	625
9. Tráfico – 2 réus.....	631
10. Tráfico e associação para o tráfico – 2 réus.....	637
11. Crime ambiental - artigo 34, caput, e inciso ii, do parágrafo único, da lei nº 9.605/98	651
12. Extorsão.....	655
13. Furto simples	661
14. Crime praticado por Pessoa Jurídica	669

REFERÊNCIAS	681
--------------------------	------------